

## ORIENTAÇÕES GERAIS DO PROGRAMA

Estabelecem-se os seguintes conceitos e definições para fins de aplicação no reconhecimento da manutenção de área de campo nativo exercendo-se atividades compatíveis com a sua conservação:

Campo natural – Enquadram-se como campo natural, sendo elegíveis para inscrição, áreas que atendam conjuntamente os seguintes critérios:

- dominância fisionômica de gramíneas características da região na comunidade herbácea<sup>1</sup>.
- predomínio (>50% da cobertura vegetal medida no nível do solo) de espécies herbáceas nativas no verão
- até 30% de cobertura de árvores esparsas
- até 70% de cobertura de arbustos (plantas lenhosas arbustivas)
- pelo menos 30 anos sem desmatamento ilegal.

Serviços ecossistêmicos – São as contribuições e benefícios, de natureza tangível ou intangível, que os ecossistemas fornecem para o sustento e o bem-estar humano.

Campo nativo funcional – Campo natural que, por suas características e extensão, cumpre pelo menos parte de suas funções ecológicas e socioculturais originais, incluindo o provimento de serviços ecossistêmicos. Os principais serviços ecossistêmicos vinculados aos campos naturais incluem:

- estabilização e proteção do solo e dos recursos hídricos;
- purificação da água;
- recarga de aquíferos;
- resistência contra eventos climáticos extremos (estiagens ou enxurradas);
- captura e retenção de carbono atmosférico, contribuindo para a regulação climática
- ciclagem de nutrientes;

---

<sup>1</sup> Como referência para caracterização fitofisionômica campestre utilizar:

Bioma Pampa: diversidade florística e fisionômica / Boldrini et al. (2010) Porto Alegre: Pallotti.

Guia para reconhecimento de espécies dos campos sulinos / Carlos Nabinger, Miguel Dall’Agnol – Brasília: Ibama, 2019.

RESOLUÇÃO CONAMA nº 423, DE 12 DE ABRIL DE 2010.



- manutenção de populações de espécies que atuam como predadores, controladores de pragas agrícolas e polinizadores;
- provimento de habitat para a biodiversidade nativa (fauna e flora), incluindo espécies migratórias e ameaçadas de extinção;
- proteção contra invasões biológicas (sobretudo de plantas);
- fornecimento de forragem para a criação pecuária;
- provisão de recursos genéticos (em grande parte ainda inexplorados);
- formação e manutenção de paisagens que promovem o turismo, servem à recreação e ao lazer, inspiram a cultura, o folclore, as tradições e as artes, e conferem identidade e elementos simbólicos à cultura gaúcha.

Manejo sustentável – Administração dos recursos naturais disponíveis para a obtenção de benefícios econômicos, sociais e ambientais, respeitando-se os mecanismos de sustentação do ecossistema objeto do manejo e considerando-se, cumulativa ou alternativamente, a utilização de múltiplas espécies, de múltiplos produtos e subprodutos da biodiversidade, bem como a utilização de outros bens e serviços.

Pecuária extensiva – Pecuária em que a alimentação animal é feita basicamente a pasto, com pouca ou nenhuma utilização de insumos externos como suplementos alimentares, agrotóxicos e adubos de síntese, e que, normalmente, requer maior disponibilidade de área por animal.

Sistema pastoril extensivo – É o conjunto de tecnologias, práticas de manejo e características, tais como tipos de animal, raças, propósito da criação e tipos de pasto, em que se desenvolve a pecuária extensiva.

### **Critérios mínimos para inclusão**

Somente serão passíveis de certificação áreas que cumpram os critérios de enquadramento como campo natural (vide Conceitos) e que apresentem uma superfície contínua mínima correspondente a 20% da área física da propriedade para propriedades com tamanho igual ou inferior ao módulo rural médio do COREDE em que se situa, ou de 10 ha, para propriedades maiores.

Será possível certificar mais de uma área por propriedade, desde que cada uma delas tenha a superfície mínima requerida para adesão. No caso de propriedades rurais pequenas, é



possível certificar um conjunto de áreas menores situadas em propriedades limítrofes, desde que sejam contíguas e, somadas, alcancem a superfície mínima acima definida.

**IMPORTANTE:** As áreas declaradas como Reserva Legal e de Preservação Permanente da propriedade não serão passíveis de certificação. Áreas a serem restauradas como campo nativo também não poderão ser certificadas, mas a intenção do proprietário de restaurar uma área degradada mediante a elaboração de projeto de recuperação sob responsabilidade técnica de profissional habilitado pode pontuar para a progressão de nível. Uma vez restaurada, a área recuperada poderá ser incluída na certificação.

### **Requisitos para enquadramento nos três níveis**

Nível básico – requer o atendimento aos critérios mínimos descritos acima.

Nível intermediário – requer o atendimento aos requisitos do nível básico e a adoção de pelo menos 50% das boas práticas ambientais e de manejo sustentável recomendadas a seguir:

- Prevenção do sobrepastejo, por meio de:
  - ajuste da carga animal à capacidade suporte das pastagens.
  - adoção de níveis de oferta de forragem adequados, considerando pressões de pastejo variáveis ao longo do ano.
- Isolamento temporário de parcelas de campo (diferimento estratégico), com o objetivo de dinamizar o manejo, oportunizar o descanso das áreas diferidas, promover o acúmulo de reservas de forragem e favorecer a reprodução, o estabelecimento e a recuperação do vigor de espécies forrageiras.
- Melhoria da qualidade e enriquecimento das pastagens, por meio do:
  - estabelecimento de um balanço equilibrado entre espécies hibernais e estivais na composição de espécies forrageiras.
  - resgate de espécies forrageiras hibernais desfavorecidas pelo manejo inadequado.
  - uso responsável de recursos forrageiros alóctones, especialmente se espécies exóticas com potencial invasor.
- Diversificação dos níveis de intensificação do manejo, por meio de:
  - uso estratégico de insumos que promovam o enriquecimento das pastagens e o incremento da fertilidade.



- subdivisões das áreas de campo, roçadas mecânicas ou biológicas estratégicas, produção de feno etc.
- diversificação do rebanho, com a utilização simultânea ou alternada de mais de uma espécie de animal doméstico pastejador.
- Adoção de princípios de bem-estar animal.
- Aplicação de práticas conservacionistas do solo, por meio de:
  - prevenção de processos erosivos por exposição ou revolvimento de solo.
  - controle de voçorocas.
  - proteção de drenagens.

A atividade pecuária e suas práticas associadas devem garantir a manutenção e a conservação de espécies vegetais nativas ameaçadas e/ou imunes ao corte constantes em listas oficiais da flora ameaçada de extinção ou outros instrumentos legais quando presentes no campo nativo avaliado.

Nível avançado – requer o atendimento aos requisitos do nível intermediário e a adoção de pelo menos uma das boas práticas conservacionistas recomendadas a seguir:

- Proteção de habitat críticos – como gravatazais ou caraguatazais úmidos, banhados, charcos temporários habitados por peixes-anuais, afloramentos rochosos com cactáceas nativas ameaçadas de extinção, dormitórios e ninhais de aves aquáticas, entre outros –, por meio de cercamento ou outras formas de exclusão de pastejo (temporário ou definitivo).
- Promoção ou aumento da heterogeneidade estrutural da vegetação campestre, por meio de:
  - roçadas mecânicas em mosaico, por rotação ou subdivisão de poteiros, evitando-se roçadas muito frequentes em uma mesma área e preferencialmente observando-se intervalos mais longos (supra-anuais) entre as intervenções, para permitir que diferentes estágios sucessionais da vegetação campestre estejam representados na propriedade ao mesmo tempo.
  - diversificação dos níveis de intensificação do manejo, gerando contrastes na estrutura da vegetação campestre entre poteiros.



- diversificação da carga animal, levando a intensidades de pastejo variáveis entre poteiros<sup>2</sup>.
- isolamento temporário de parcelas de campo (com utilização de cercas móveis ou outras técnicas), para dinamizar o manejo e permitir o descanso dessas áreas e o adensamento da vegetação herbácea.
- Manutenção de poteiros/invernadas com reduzida pressão de pastejo, oportunizando a formação de capinzais densos nas áreas com menor circulação do gado.
- Elaboração de projeto de recuperação para restauração de campo nativo, sob orientação técnica de profissional habilitado e mediante cadastramento da área no CAR.
- Limitação do uso de insumos externos nas pastagens e adoção de estratégias de manejo do pastoreio que beneficiem espécies forrageiras.
- Manutenção de corredores de campo entre os cultivos (em partes cultivadas da propriedade).
- Controle ou erradicação de espécies exóticas invasoras, por meio de adesão a programa específico ou do desenvolvimento de projeto local com acompanhamento técnico.
- Diversificação dos regimes de uso do fogo (quando passível de autorização), evitando que um mesmo campo seja queimado em anos sucessivos e que todas as áreas de campo da propriedade sejam queimadas ao mesmo tempo.
- Uso de métodos amigáveis para prevenção de ataques de aves em cultivos (por ex., espantalhos, repelentes sonoros, redes antipássaros etc).
- Criação e implementação de área protegida (por exemplo, RPPN) na propriedade.
- Prática de agricultura orgânica na propriedade.

---

<sup>2</sup> O desenvolvimento do ciclo completo de produção pecuária propicia o uso diferenciado dos poteiros da propriedade, com níveis maiores de intensificação em uns e menores em outros, de acordo com a necessidade. Consequentemente, variam também a carga e a demanda energética dos animais nos poteiros, levando a diferentes intensidades de pastejo e à formação de mosaicos de vegetação.

